

## **LEI N.º. 2.124 DE 08 DE OUTUBRO DE 2.002.**

### **“DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS COMAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**CECÍLIA RIBEIRO DUARTE DE OLIVEIRA**, Prefeita Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, APROVOU e ela SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:-

**Artigo 1º** - Fica instituído o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Parapuã que integrando-se ao esforço nacional de combate de drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.

**Parágrafo Primeiro** . Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento das ações supra mencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

**Parágrafo Segundo** . O COMAD, como coordenador das atividades mencionadas no parágrafo anterior, deverá integrar-se ao Sistema Nacional Antidrogas - SISNAD, de que trata o Decreto Federal 3. 696 de 21 de dezembro de 2.000.

**Parágrafo Terceiro** . Para fins desta Lei, considera-se:

- I. Redução de demanda como conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes de uso indevido de drogas.
- II. Droga como toda substância natural ou produto químico que, com contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos.
- III. Drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde. Informada a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e o Ministério da Justiça - MJ.

**Artigo 2º** - São objetivos do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Parapuã.

## **LEI N.º. 2.124 DE 08 DE OUTUBRO DE 2.002.**

- I. Instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas - PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas, compatibilizando-se com a respectiva política estadual, proposta pelo Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN/SP, bem como acompanhar a sua execução;
- II. Coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação do tráfico e do uso de drogas e entorpecentes;
- III. Estimular e cooperar com serviços que visam ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes;
- IV. Colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União;
- V. Estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependências física ou psíquica;
- VI. Propor ao Prefeito Municipal medidas que visem aos objetivos previstos nos incisos anteriores;
- VII. Apresentar sugestões sobre a matéria, para fins de encaminhamento à autoridade e órgão federais, estaduais e outros municípios.

**Parágrafo Primeiro.** O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e a Câmara Municipal, quando ao resultado de suas ações.

**Parágrafo Segundo .** Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas, o COMAD, por meio da remessa de relatórios freqüentes, deverá manter, a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e o Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

**Artigo 3º -** O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Parapuã será integrado pelos seguintes membros, designados pelo Prefeito Municipal:

- I. Quatro (4) representantes da Prefeitura Municipal, sendo um (1) do órgão jurídico, um (1) do órgão de promoção social, um (1) do órgão de educação e um (1) do órgão de saúde;
- II. Três (3) representantes da sociedade civil, de livre escolha do Prefeito Municipal sempre observada a conduta social de cada um, sendo de preferência com vínculos na comunidade, atuantes na área médica, no desporto, no Conselho Tutelar, nas instituições Religiosas ou membros de Organizações não-governamentais de prestações de serviços sociais;
- III. A convite do Prefeito Municipal:
  - a) O Delegado de Polícia;
  - b) A autoridade da Polícia Militar do Município;
  - c) A autoridade Estadual de Ensino do Município.

## **LEI N.º. 2.124 DE 08 DE OUTUBRO DE 2.002.**

**Parágrafo Primeiro.** O número de representantes da sociedade civil descrito no inciso II que farão parte do Conselho Municipal Antidrogas será definido pelo Prefeito Municipal observadas as necessidades e o contingente populacional da cidade.

**Parágrafo Segundo.** Os membros do Conselho, cujas nomeações serão publicadas em Diário Oficial do Município, terão mandato de um (1) ano, permitida a recondução.

**Artigo 4º** - O Conselho Municipal Antidrogas será assim organizado:

- I. Plenário;
- II. Presidência;
- III. Secretária - Executiva e
- IV. Comitê - REMAD

**Parágrafo Primeiro.** O Presidente do COMAD será designado, dentre seus membros efetivos, a livre arbítrio do Prefeito Municipal.

**Parágrafo Segundo.** A organização e composição dos demais órgãos executivos do COMAD será regulamentada pelo respectivo Regimento Interno.

**Artigo 5º** - As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento do município, que poderão ser suplementadas.

**Parágrafo Primeiro.** O COMAD deverá providenciar a imediata instituição do REMAD - Recursos Municipais Antidrogas: fundo que, constituído com base nas verbas próprias do orçamento do município e em recursos suplementares, será destinado, com exclusividade, ao atendimento das despesas do PROMAD.

**Parágrafo Segundo.** O REMAD será gerido pelo órgão Fazendário Municipal, que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro da proposta orçamentária anual, a ser aprovada pelo Plenário.

**Parágrafo Terceiro.** O detalhamento da constituição e gestão do REMAD, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constará do Regimento Interno do COMAD.

**Artigo 6º** - As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

**Artigo 7º** - O Presidente do Conselho, mediante indicação ao Prefeito Municipal, poderá requisitar servidor ou servidores da Administração Pública para a implantação e funcionamento do Conselho

## **LEI N.º. 2.124 DE 08 DE OUTUBRO DE 2.002.**

**Artigo 8º** - Sempre que se faça necessário, em função da técnica dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de Consultores, a serem indicados pelo Presidente e nomeados pelo Prefeito.

**Artigo 9º** - O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD - providenciará, em sua primeira reunião, a elaboração do seu Regimento Interno, a ser submetido a apreciação e aprovação da autoridade competente.

**Artigo 10** - O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD - providenciará as informações relativas à sua criação à SENAD e ao CONEN, visando sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas.

**Artigo 11** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, 08 de outubro de 2.002

**CECILIA RIBEIRO DUARTE DE OLIVEIRA**

Prefeita Municipal  
Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

**NADELSON PEDRO DO ESPÍRITO SANTO**

Chefe de Seção de Expediente